

A ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA NA EUROPA: UMA AMEAÇA À DEMOCRACIA

Margarida de Brito Rosa

Membro Associado do Observatório Político¹

Resumo

Numa era propícia a extremismos, projetamos um olhar sobre a extrema-direita enquanto ameaça às democracias e força que pretende triunfar. Depois de várias décadas na penumbra, estas políticas regressam ao centro da discussão e são já vários os países onde as orientações extremistas e radicais têm vindo a ganhar posições relevantes ou a governar e cuja força não se circunscreve apenas aos parlamentos nacionais. Os resultados das mais recentes eleições europeias foram prova da mudança, com o extremismo de direita a conquistar novos lugares num Parlamento em que o bloco central já não representa a maioria absoluta. De facto, o princípio da pluralidade ideológica permite que estas posições sejam integradas nos sistemas políticos, mas cabe analisar se esses partidos, facilmente distinguidos pelo seu carácter eurocético, nacionalista e populista, vão de encontro aos princípios democráticos.

A reemergência do fenómeno advém de fatores e motivações que influenciaram as forças políticas e o eleitorado, dependendo deste último impedir a decadência da democracia. Ditará o futuro a efetiva ascensão da extrema-direita como uma opção viável ou o seu declínio enquanto opção desestabilizadora?

Palavras-chave

Democracia; Direita Radical; Europa; Extrema-direita; Populismo.

Introdução

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo concentrava-se na sua recuperação e no reerguer das forças de forma a superar a destruição causada pela guerra e a iniciar um novo ciclo, deixando para trás as

¹ Estudante de Licenciatura em Relações Internacionais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa).

rivalidades ideológicas e a luta entre fascistas e antifascistas. O mundo pós-guerra foi marcado pela oposição e clivagem ideológica entre as duas superpotências que emergiam na cena internacional – os Estados Unidos e a União Soviética – e que até ao momento tinham colaborado como aliados e reconhecido a Alemanha como o inimigo principal. A Guerra Fria dividiu o mundo em dois blocos, o Bloco Ocidental e o Bloco de Leste, e opôs a democracia liberal e o capitalismo ao comunismo e ao autoritarismo. É com este novo quadro bipolar que a Europa debilitada perde a sua centralidade política internacional e torna-se o centro da competição estratégica e geopolítica entre as duas superpotências que investem na sua capacidade de influência e na escalada de poder.

O aparecimento de novas realidades políticas e a afirmação de novas potências, que procuravam independência face aos dois blocos, bem como a consolidação da proposta de criação de uma comunidade europeia, abriram caminho para o enfraquecimento do bipolarismo. A queda do Muro de Berlim, em 1989, e a desagregação da União Soviética, em 1991, ditaram o fim da Guerra Fria e o reconhecimento de uma nova ordem internacional.

Com o colapso do bloco soviético e a derrota do comunismo, os Estados Unidos assumiram o papel de líder hegemónico mundial, o que lhes permitiu desempenhar uma importante função política enquanto exemplo de democracia liberal a seguir, de forma a ser possível difundir o modelo político e a garantir uma universalização de valores. Várias foram as teses que apresentaram prospetivas e previsões do futuro, sendo pertinente destacar o diagnóstico feito pelo politólogo norte-americano Francis Fukuyama, no ano de 1989, num artigo escrito na revista *The National Interest* intitulado de *The End of History*, no qual defendeu o triunfo da democracia liberal perante todas as demais ideologias como orientação única e doutrina universal vigente, tratando-se do fim da história ideológica num sentido dialético e hegeliano. Com a derrota dos totalitarismos fascistas e comunistas parecia claro que da Guerra Fria tinha saído um vencedor único e indiscutível como forma última de governo e etapa final da evolução sociocultural da humanidade. Recuando mais atrás no tempo, o filósofo alemão Friedrich Hegel considerava que, no futuro, o liberalismo só tropeçaria com inimigos menores, como a religião e o nacionalismo.

Aberto o caminho com o desmembramento da União Soviética e o reconhecimento da independência dos países pós-comunistas europeus, a consolidação democrática acontecia gradualmente durante a década de 1990 e o início do novo milénio. Apesar do progresso, inúmeras regiões permaneciam sobre forte instabilidade política, económica e social, como é o caso da região dos Balcãs, no contexto europeu. À medida que o consenso democrático deu lugar a novos focos de competição entre os países e ao interesse próprio como prioridade, vários políticos deixaram de

se conter e de cumprir com princípios morais e éticos, desabrochando novos perfis políticos até então contidos.

O ressurgimento dos nacionalismos adormecidos, bem como o aparecimento de conflitos étnico-religiosos, alertava para a existência de um vácuo ideológico² inerente à nova ordem liberal. Estes comportamentos, vistos muitas vezes como radicais, contrariavam os valores e as instituições democráticas, tendo por objetivo renovar o controlo do poder. Ao longo dos últimos trinta anos, o sistema político não estabilizou nem se manteve igual e a consolidação democrática estagnou no início do novo milénio, e em certos casos foi revertida. Os países da Europa Central e de Leste mostram falta de empenho no compromisso aceite de cooperarem entre si em direção a um projeto democrático duradouro. Pelo contrário, evidenciam as debilidades de um frágil *status quo* pós-guerra estabelecido com arranjos institucionais disfuncionais.

A família política da ultradireita tem, assim, suscitado preocupação e sido alvo de maior atenção por parte de académicos e investigadores desde a década de 90. Uma vez que estes partidos já integravam o sistema político anteriormente, o que torna esta reafirmação alarmante é precisamente o crescente apoio por parte do eleitorado que tem permitido uma maior participação junto dos parlamentos, ao ponto de disporem de mais assentos e representantes, ou até mesmo de liderarem governos.

O presente *working paper* visa analisar a ascensão da extrema-direita nos últimos anos, em especial no continente europeu, assim como as causas e consequências a si associadas, considerando as inquietações daqueles que olham para uma democracia liberal sob pressão e para um projeto europeu a diferentes velocidades.

Reflexão conceitual

Até um certo ponto, as sociedades permitem posições políticas mais radicais no seio do seu sistema político, o que valida o que se considera usualmente como extrema-direita. O importante a ter em conta é que este conceito é muito vasto e amplo, englobando diferentes movimentos políticos, alguns deles afastados da imagem que temos da direita. Claro que há um limite, e cabe a cada país definir constitucionalmente esse limite como forma de regularizar os seus partidos, de garantir o respeito pelo regime vigente e de impedir a apologia a determinadas ideologias e práticas proibidas pela lei máxima do país, como acontece à luz da lei portuguesa com o fascismo. O lugar destes partidos nas democracias, a partir do momento em que são reconhecidos e lhes é atribuída personalidade jurídica, prende-se com o imperativo da pluralidade ideológica, um dos

² “O grande problema com que deparamos é o vácuo ideológico: já não há uma visão social-democrata, liberal ou democrata-cristã. Há uma agenda da extrema-direita.” (Mudde, 2021, como citado em Ropio, N. M., 2021).

princípios democráticos, e com o direito à representatividade de opiniões e expressão da vontade popular.

A pluralidade ideológica pouco vincada e a gradual descrença nos partidos tradicionais, vistos como desatualizados e incapazes de solucionar os problemas da agenda interna e externa dos Estados que persistem e tendem a intensificar-se, motivou o surgimento de novos partidos e o apoio a forças antissistema. O aparecimento de novas opções deveria, efetivamente, ser encarado como um positivo contributo para o pluralismo político e ideológico, mas alguns destes partidos não são isentos ao optarem por vias antissistémicas. Por isso, há que fazer uma distinção entre as novas derivações que competem com os discursos tradicionais.

Os mais alarmantes são precisamente os partidos de carácter revolucionário, antissistémico e exploradores do ódio, que apostam num discurso persuasivo centrado na promessa de que são capazes de solucionar os problemas até então não resolvidos, politizando os temas que criam descontentamento ao eleitorado, especialmente problemas económicos, sociais e culturais. São posições marcadas por medidas nacionalistas, protecionistas e intolerantes, contrárias aos valores do Estado de Direito democrático, com líderes capazes de tudo para garantir um poder duradouro, não olhando a meios para atingir fins, estando intimamente relacionados com a direita radical populista e a extrema-direita. A Liga Norte italiana, o Vox espanhol, o Reagrupamento Nacional de Marine LePen, o Fidesz de Viktor Orbán e a Alternativa para a Alemanha, são exemplos ilustrativos do extremismo e radicalismo europeus. É ainda interessante mencionar a administração norte-americana de Donald Trump que, sendo um político republicano, ou seja, eleito por um partido tradicional, surpreendeu pela negativa. Contrariamente, existem alternativas equilibradas que pretendem substituir os partidos tradicionais e exercer funções num sistema político renovado, não alimentando qualquer aspeto depreciativo que comprometa a democracia. Exemplo deste grupo substancialmente mais moderado é o francês Em Marcha! fundado por Emmanuel Macron.

É certo que alguns destes partidos já marcavam presença no sistema eleitoral no passado, como é o caso da Frente Nacional francesa, mas não dispunham de relevância eleitoral, daí que a novidade seja o aumento significativo de votos, o que impulsiona diretamente a conquista de assentos parlamentares e de lideranças governativas, e não propriamente o seu nascimento ou fundação. Se ambos pretendem dar resposta ao descontentamento social, a diferença entre estes caminhos emergentes está nos princípios e valores orientadores defendidos bem como nas consequências provocadas na ordem democrática e na sociedade.

Cas Mudde, cientista político holandês conhecido como um dos maiores especialistas em movimentos populistas e de extrema-direita, denomina a ala política *far right*, habitualmente traduzida como extrema-direita, como

ultradireita e subdivide-a em dois grupos principais: a extrema-direita e a direita radical populista. Portanto, ao englobar os dois subgrupos, torna-se um núcleo plural e homogêneo. O que permite distinguir os dois grupos é a relação de ambos com a democracia. A extrema-direita é contra a essência da democracia, sendo antidemocrática, o que permite concluir que dificilmente adotará uma veia populista. Já a direita radical populista, opõe-se a certos elementos fundamentais da democracia liberal, o que faz de si uma grande aliada do iliberalismo. Além disso, assenta a sua retórica em questões atuais e na separação entre povo e elite. Assim, conclui-se que o populismo é pró-democracia, caso se fale de uma democracia iliberal.

O conceito de populismo foi raramente aplicado durante o séc. XX, ao invés do que se assiste atualmente, ao ser considerado como uma das principais *buzzwords* políticas do século XXI (Cas Mudde & Kaltwasser, 2017). É um fenómeno político ambíguo, que tanto é temido como glorificado, e que aproveitou as frustrações com o projeto europeu e com o modelo socioeconómico pós-Guerra Fria para lucrar e ganhar espaço mediático. Na falta de uma definição universal e consensual, a conceção de Mudde é frequentemente utilizada a nível mundial. No livro publicado juntamente com Cristóbal Rovira Kaltwasser, o politólogo formula «*a thin-centered ideology that considers society to be ultimately separated into two homogeneous and antagonistic camps, “the pure people” versus “the corrupt elite”, and which argues that politics should be an expression of the volonté générale (general will) of the people*» (Cas Mudde & Kaltwasser, 2017). Esta oposição entre o “povo puro” e a “elite corrupta” leva os populistas a crer que todas as pessoas são puras e que todos têm os mesmos interesses, fora o grupo corrupto, o que faz com que não reconheçam uma sociedade plural com interesses diferentes. Com esta questão prende-se a sua essência monista e moralista, ao promover uma distinção moral entre o povo e a elite e valores puros e corrompidos. O motor da distinção não é a riqueza, mas sim a moralidade. Daí que líderes com riqueza sejam capazes de se converter no homem comum, forte e carismático, capaz de representar o povo, concentrando em si o poder e podendo atuar de forma corrupta e sem meios para atingir fins, inclusive contra a vontade do povo. O exemplo mais popular a referir é o norte-americano Donald Trump.

Ainda que adormecido durante o séc. XX, vários foram os peritos a debruçarem-se sobre o espectro que viria a ameaçar o mundo. É importante salientar o contributo do politólogo alemão Klaus von Beyme que, em 1988, identificou as três ondas da política de extrema-direita na Europa do pós-guerra. O período de 1945 a 1955, imediatamente posterior à derrota do fascismo, corresponde ao neofascismo, altura em que as ideias eram ainda retrógradas. A segunda onda, entre 1955 e 1980, marca o emergir do populismo de direita. Entre 1980 e 2000, desenrola-se a primeira vaga significativa da extrema-direita, com a afirmação da direita radical, que ganha força efetiva a partir da década de 90. A este modelo,

Mudde acrescenta uma quarta vaga, que se inicia com a entrada no séc. XXI, dados os momentos de crise dos quais a extrema-direita beneficiou, sobretudo os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, a grande recessão de 2008 e a crise migratória de 2015. Portanto, seguindo esta ordem de ideias, cada onda mostra-se mais intensa e ameaçadora do que a anterior e, se o cenário internacional assim se mantiver, há grande probabilidade de ser reconhecida uma nova onda, igualmente preocupante para todo o mundo.

Uma Europa sob pressão

O fim da Segunda Guerra Mundial ditou, para alguns países, a descrença e a derrota da extrema-direita, nomeadamente para a Alemanha e para a Itália. Contrariamente, para outros países ocidentais, como Portugal, Espanha e Grécia, que partilharam histórias semelhantes, os regimes autoritários de direita mantiveram-se após o fim da guerra. Os esforços, posteriores ao derrube dos sistemas opressivos, feitos por toda a Europa em direção a um projeto democrático cedo mostraram falhas, especialmente quando falamos nos países da Europa Central e de Leste, com um número crescente de políticos a abandonar a pretensão de seguir as regras da democracia.

A expansão da União Europeia (UE) ajudou a promover a democracia liberal no continente, mas com as sucessivas ondas de integração afloraram premissas negativas acerca do projeto. Com os valores democráticos sob ataque em vários Estados-membros, a questão que se coloca é se a UE é efetivamente capaz de consolidar a democracia através da harmonização. Talvez não seja coincidência o facto de as regiões que apresentaram um progresso democrático mais rápido no pós-Guerra Fria serem aquelas que tiveram quedas mais abruptas nos últimos anos. A Polónia e a Hungria, integrantes do Grupo de Visegrado e exemplos de transformação democrática na década de 90, apresentam hoje uma degradação da democracia que deve servir de alerta sobre a fragilidade das instituições associadas e necessárias à democracia liberal. Surge a preocupação de manter essas instituições que sustentam a democracia e não basta o consenso da elite e o cumprimento de critérios, é também necessária a participação ativa da cidadania e o interesse pela política.

Se recorrermos à informação que a história nos transmite, concluímos que momentos de crise e ambientes de instabilidade são a melhor semente para o crescimento de um governo repressivo. E foi justamente em contextos sociais e políticos frágeis e instáveis que subiram ao poder os ditadores que marcaram o século passado. A própria estabilidade da ordem europeia e o caminho da UE são postos em causa pelas consecutivas situações de crise. As mudanças no contexto internacional têm motivado a

acumulação de crises nos últimos dez anos e essa intensificação reflete-se no debate entre europeístas e eurocéticos sobre o futuro.

Vários foram os episódios que marcaram a última década, a começar pela crise económica e financeira de 2008 e consequente recessão e crise da Zona Euro. Mas foi em 2015 que, com o aumento dos fluxos de refugiados e migrantes, muitos deles irregulares, provenientes do Médio Oriente e do Norte de África, a UE foi confrontada com a crise dos refugiados que declarou o auge da tensão que em si recaía e que expôs a fragilidade da integração europeia e dos princípios de solidariedade.

Um momento desafiante que exigia uma resposta rígida, assertiva e coordenada, acabou por abrir caminho à retórica cristã, xenófoba, nacionalista e de aversão ao estrangeiro, com líderes políticos a usufruir da crise migratória para fortalecer o seu discurso populista e angariar apoio público, descredibilizando os princípios humanitários. São os primeiros a colocar entraves às soluções apresentadas, como a definição de uma quota proporcional de refugiados de forma a partilhar responsabilidades e a repartir os indivíduos pelos Estados-membros, visto denunciarem os refugiados como uma ameaça à Nação. Em contrapartida, preferem uma abordagem mais flexível de solidariedade, sugerindo que os Estados contribuam apenas com o que consideram apropriado e possível, isto é, pretendem um mecanismo híbrido que lhes permita continuar a beneficiar das ofertas da UE enquanto desrespeitam as suas obrigações.

Ainda sob pressão migratória, o ano de 2016 desenrola-se com dois grandes marcos para a política europeia: o referendo do Reino Unido sobre a sua saída da União Europeia e a eleição presidencial do republicano norte-americano Donald Trump. A UE vê, pela primeira vez, um Estado-membro a iniciar negociações para o abandono do bloco europeu, assim como vê o seu aliado transatlântico, tradicionalmente visto como a imagem liberal modelo, com uma nova postura de governação perante os vínculos até então mantidos. De salientar que a vitória de Trump recebeu o apoio de populistas europeus, nomeadamente do líder húngaro Viktor Orbán que saudou entusiasticamente a vitória como o fim da *liberal non-democracy* e o retorno à *real democracy*.

A mais recente crise sanitária mundial será o grande novo desafio e tem sido o principal foco de esforços. A pandemia gerou uma crise económica e social muito grave que se avista cada vez mais profunda e duradoura, o que confirma a urgência de uma ação conjunta, em união, capaz de dar resposta e combater os impactos de uma crise sem precedentes. À UE cabe assumir o papel crucial de apoio e assistência aos Estados, enquanto ator provedor. De acordo com o *Democracy Index 2020* da revista internacional *The Economist*, a pandemia causou um retrocesso das liberdades democráticas em 2020, o que levou vários países a registarem um recuo no seu estatuto de democracia. A pontuação média global caiu, atingindo o valor mais baixo desde o início do estudo, o ano de 2006.

O sonho dos seus fundadores, uma Europa de paz conectada por laços diplomáticos bilaterais e multilaterais, já se materializou, e a livre circulação associada ao mercado único e interno uniu cada vez mais os Estados. Os crentes na integração presumiam que todos estes laços interpessoais e económicos levariam a uma forte identidade europeia e ao suavizar das divisões nacionais. No entanto, a falta de solidariedade, cooperação, concordância e entreajuda a que se assiste em momentos de crise mostra uma fraca noção de bloco unido, gerando inclusivamente pedidos de retorno a uma Europa de Estados mais individualizada. A ausência de consenso reacende a possibilidade de uma Europa a diferentes velocidades, com alguns Estados a procurar uma integração mais profunda, como a Alemanha, e outros a optar pelo recuo e por um caminho isolado, como o Reino Unido.

Os pontos de rotura entre os Estados-membros e o sentimento de desunião da Europa face aos desafios da agenda favoreceram os populismos e os nacionalismos. Os ideais iliberais tornaram-se a preferência dos Estados que aderiram à UE após o ano de 2000. Ainda assim, o mal-estar democrático não se restringe à Europa Central e de Leste, estendendo-se até à Europa Ocidental, com o nascimento de novos partidos, como se assiste por exemplo em Espanha e na Alemanha, bem como com a reorientação ou reposicionamento de certos partidos tradicionais, como aconteceu em França com a reabilitação da Frente Nacional.

Segundo o último relatório *Nations in Transit* (2020), regista-se hoje o menor número de democracias existentes nas regiões abrangidas, com mais regimes autoritários do que democracias consolidadas, comparativamente com o ano de 1995, data de início do estudo.

As europeias de 2019

As projeções para as eleições europeias de 2019 anteviam um feito histórico para os partidos de direita populista europeus, com uma subida bastante significativa e preocupante dos votos. Contudo, os resultados que se temiam não se oficializaram, mas os partidos de extrema-direita não deixaram de conquistar novas posições que devem ser vistas como um alerta dadas as alterações que se fizeram sentir no Parlamento Europeu. As previsões falavam numa conquista maioritária ou pelo menos suficiente para bloquear o aprofundamento da construção europeia e potenciar uma união entre os partidos populistas e eurocéticos de direita num único grupo parlamentar. Com resultados aquém dos idealizados por esses mesmos partidos, a organização manteve-se fragmentada.

O bloco central composto pelos dois principais grupos parlamentares, o Partido Popular Europeu (PPE) conservador e a Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas (S&D), perdeu a maioria absoluta e viu o seu peso diminuir no Parlamento. Bloco este que, até 2019, tomava as decisões

maioritárias entre si sem a necessidade de recorrer a negociações com os restantes grupos. A Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa (ALDE), agora representada pelo Renovar Europa, ganhou novos eurodeputados, o que lhe permitiu subir para a terceira força.

O grupo Europa das Nações e das Liberdades, composto por nacionalistas, eurocéticos e populistas de extrema-direita, que ansiava chegar à terceira posição, apurou novos deputados representativos de um verdadeiro crescimento, mas insuficientes para reorientar profundamente a construção europeia “por dentro”, como idealizava a líder da extrema-direita francesa Marine LePen, embora suficientes para esta ala vencer em países como França, Itália, Hungria e Polónia. Os eurocéticos reorganizaram-se e passaram a apresentar-se como Identidade e Democracia (ID), contando com uma expressiva delegação francesa e italiana, do Reagrupamento Nacional e da Liga Norte respetivamente, mas também com membros da Alternativa para a Alemanha, do Partido da Liberdade da Áustria e do *Vlaams Belang* belga. Além destes últimos, concretizou-se um alargamento à Europa do Norte. A aliança não conquistou apoio e foi recusada por Nigel Farage, líder do Partido Brexit, e pelo Partido Lei e Justiça polaco. A Alemanha, a Áustria e a Holanda, três dos países onde se receava o avanço da extrema-direita, surpreenderam pela positiva com o êxito dos partidos pró-europeus.

Deste modo, as últimas eleições europeias foram mais uma prova real da ascensão da extrema-direita na Europa, acabando por ser um reflexo do panorama político nacional de cada Estado. De facto, um pouco por toda a Europa, os resultados das europeias espelhavam o que poderiam ser os resultados das eleições legislativas marcadas para o final desse mesmo ano.

Apesar da ala extremista e radical não dominar no Parlamento Europeu, e não reunir representação para pôr termo à construção europeia, emerge uma ameaça à democracia e uma afronta aos valores comuns da UE. Enquanto não houver uma reorganização do terreno político, estas ideologias permanecerão como opção de escolha concorrente que dificulta a tomada de decisão, monitoriza instabilidade e desgasta o sistema, impedindo uma maior eficiência e um favorável progresso europeu. Difícil será lutar contra uma Europa, e especificamente uma UE, a diferentes velocidades (*multispeed*) e orientada por diferentes patamares de interesses, valores, objetivos e prioridades. O politólogo francês Jean-Yves Camus partilha a sua opinião de forma muito clara:

“O «conservadorismo compassivo», de George Bush, David Cameron e da direita francesa pós-gaullista, que tende a conciliar a economia de mercado e a procura de um ótimo coletivo que ofereça redes de segurança aos mais desfavorecidos, está avariado, como mostra o colapso dos conservadores britânicos e dos republicanos franceses nas europeias. Enquanto estas duas ideologias não

conseguirem reconquistar o terreno perdido, as direitas radicais permanecerão uma opção que, na incapacidade de derrubar, como elas desejam, «o sistema», continuarão como um fator de instabilidade política a impedir o continente europeu de se tornar uma Europa potência e de aprofundar, com o alargamento ou a devolução de novas prerrogativas, a experiência da União Europeia.”
(J-Y. Camus, 2019)

É pertinente referir que, ainda que certos Estados do bloco, como a Hungria, apresentem violações ao Estado de Direito e a outros princípios europeus, os mesmos permanecem com representação privilegiada. O partido Fidesz húngaro, que pendia progressivamente para um sistema liberal, permaneceu como membro do maior grupo parlamentar, o Partido Popular Europeu, até ao passado mês de março de 2021. Há muito tempo que Orbán expõe claros ataques aos direitos humanos, à liberdade de imprensa, à independência do poder judicial do seu país e ao projeto europeu sem ter conhecido medidas coercivas. Ainda que na sua génese seja um partido conservador de direita, as políticas húngaras aproximam-se às dos partidos de extrema-direita. É um Estado-membro que, juntamente com a Polónia, bloqueia as decisões e atrasa as respostas sobre questões fundamentais de interesse comunitário dependentes de uma unanimidade concordada.

Resta saber se este abandono será seguido por outras movimentações e que tipo de instabilidade poderá causar no Parlamento. Há uma grande possibilidade de se registarem mais saídas do PPE e uma consequente reformulação dos grupos políticos. Esta saída, se por um lado é vista como uma humilhação, por outro é vista como uma oportunidade, dados os últimos anos marcados por uma grande hesitação que criou divergências no seio do grupo parlamentar e pontos de rutura entre os deputados que não viam possível a partilha dos mesmos ideais.

Conclusão

A ascensão da extrema-direita tem sido um processo gradual, em parte associado à estagnação da governação democrática. Isto leva a que possamos considerar que a própria democracia está em crise, sendo três os principais alvos que esta crise ameaça: a democracia liberal, o projeto europeu e o respeito pelos direitos fundamentais e pela dignidade humana. O potencial democrático de um país não depende apenas da sua história e das suas condições internas, mas também da sua vizinhança e do ambiente internacional. Num mundo globalizado é cada vez mais difícil ignorar o que ocorre no nosso entorno, sendo que uma mudança que afete o projeto democrático de determinado país pode influenciar as perspetivas democráticas de um país vizinho ou de uma região. Ora, no quadro

Europeu isto é bastante exequível dada a proximidade dos Estados e a participação no projeto europeu.

Se durante longas décadas a expansão do bloco europeu foi reconhecida como meio principal para consolidar a democracia no continente, hoje a União Europeia vê a sua integração e a sua identidade serem testadas, o que deixa grandes reticências ao nível do seu aprofundamento e alargamento e fragiliza a sua imagem. A sua agenda encara diariamente ameaças internas, associadas maioritariamente às forças contrárias ao projeto, e externas às suas fronteiras, dada a concorrência que define o cenário internacional, confrontando-se sobretudo com a Rússia e a China que, juntamente com a Turquia, se têm empenhado na promoção de uma política externa de proximidade com países ou regiões instáveis e com ambição de mudança, tendo por base motivações estratégicas. A região dos Balcãs começa a transformar-se num campo estratégico de interesse para estes países. Dos Estados Unidos espera-se uma política mais próxima à UE e aos valores liberais que reforce a parceria transatlântica, colmatando as marcas deixadas pela administração nacionalista, populista e incoerente de Trump.

A UE encara, simultaneamente, o crescimento do nacionalismo e a crescente interdependência entre os seus Estados-membros. Há um paradoxo entre os partidos políticos nacionais que exigem mais soberania e os novos desafios transfronteiriços que exigem uma cooperação mais profunda e eficiente, realidade que alimenta clivagens e diferentes velocidades.

Representantes de todos os matizes políticos têm tentado manipular o quadro eleitoral, e o mais preocupante é o facto de partidos que se baseiam em políticas autoritárias e nacionalistas se manterem formalmente reconhecidos e camuflados como democráticos, sem que a sua oficialidade seja posta em causa. Regimes híbridos que caminham numa direção autocrática ou autoritária, mas sobretudo iliberal, procuram controlar novas áreas da vida pública ao polarizarem a justiça e os media e baseando as suas ações numa vaga noção de justiça social. É o desrespeito pelas normas constitucionais e parlamentares, assim como as contradições entre as leis nacionais e a lei europeia que têm levado a UE a confrontar-se com a possível aplicação de sanções contra um Estado-membro. Muitos são os que apelam a uma atitude mais rígida de Bruxelas face aos pomos de discórdia com Varsóvia ou Budapeste, por exemplo, onde se registam claras violações e há transgressores a responsabilizar.

Na Europa dos 27, apenas Malta e Irlanda não dispõem de partidos de extrema-direita nos respetivos parlamentos nacionais, grupo que Portugal integrou até às eleições legislativas de 2019. Quanto à sua presença no governo, a mesma acontece na Polónia, Hungria, Itália, Eslováquia e Letónia. E onde não lhes é possível assegurar o poder, os políticos procuram criticar o atual panorama, influenciar a agenda política e abrir

margem a reformas através de relações oportunistas com os partidos de direita *mainstream*.

A solução passa por fortalecer e valorizar a democracia liberal. É necessário reforçar o motivo pelo qual esta é a melhor opção e a que melhor protege os indivíduos na sua totalidade, promovendo um eleitorado mais informado e interessado. A aposta no desenvolvimento de novas alternativas políticas positivas, baseadas na variante de ideologias democráticas liberais, permitiria colmatar o descontentamento e a descrença nas opções atuais, bem como evitar que a separação entre políticas seja cada vez mais ténue, promovendo um voto mais coerente. Com as oscilações do interesse do eleitorado, importa entender qual a verdadeira posição do mesmo, isto é, se encara estes movimentos como alternativas válidas e com capacidade de governação ou se apoia estes elementos incendiários como mecanismos de crítica e de desestabilização da ordem. A sobrevivência da democracia depende da sua estima e de quem dela beneficia, sem nunca a subestimar nem tomar a mesma como garantida.

Em suma, apela-se a uma comunidade de valores comuns, e não a uma união de nações turbulentas, capaz de contrariar a maré que tanto ameaça a sua identidade empenhada em defender a democracia, a justiça, a paz e a segurança, dentro e fora das suas fronteiras, sem recorrer à filosofia de uma Europa fortaleza virada para dentro. Rumo a um futuro incerto que nos suscita curiosidade, restam as crenças de que nenhum país é imune a políticas de extrema-direita e que esta é uma ameaça que perdurará.

Referências bibliográficas

Avó, C. (2021). Dança de grupos após saída de Fidesz do PPE. *Diário de Notícias*. Fonte: <https://www.dn.pt/internacional/danca-de-grupos-apos-saida-de-fidesz-do-ppe--13420523.html>. [Consultado a 22/02/2021].

Camus, J.-Y. (2019). Uma «vaga populista na Europa»? *Relações Internacionais*, nº62, pp. 25-37. Fonte: http://ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri62/RI62_art03_JYC.pdf. [Consultado a 10/02/2021].

Csaky, Z., & Schenkan, N. (2018). *Nations in Transit 2018: Confronting Illiberalism*. Freedom House. Fonte: <https://freedomhouse.org/report/nations-transit/2018/confronting-illiberalism>. [Consultado a 04/02/2021].

Dias, J. d. (2017). "Os populistas põem o povo 'puro' contra a elite 'corrupta'". *Observador*. Fonte: <https://observador.pt/especiais/entrevista-cas-mudde/>. [Consultado a 10/02/2021].

Gaspar, C. (2017). *A Balança da Europa*. Lisboa: Alêtheia Editores.

Jornal Económico, & Lusa (2021). Portugal loses the category of "fully democratic country", says study by "The Economist". *Jornal Económico*. Fonte:

<https://jornaleconomico.sapo.pt/en/noticias/portugal-perde-categoria-de-pais-totalmente-democratico-afirma-estudo-do-the-economist-696724>. [Consultado a 18/02/2021].

Mudde, C. (2020). *O Regresso da Ultradireita*. Lisboa: Editorial Presença.

Mudde, C., & Kaltwasser, C. R. (2017). *Populism: A Very Short Introduction*. Oxford University Press.

Peres, C. (2019). O fim do bloco central europeu não é o fim da Europa. *Expresso*. Fonte: <https://expresso.pt/europeias-2019/2019-05-26-O-fim-do-bloco-central-europeu-nao-e-o-fim-da-Europa-1>. [Consultado a 22/02/2021].

Ropio, N. M. (2021). "Portugal tem de estar preparado para o que aí vem, porque só agora começou a despontar esta sua direita radical". *Visão*. Fonte: <https://visao.sapo.pt/ideias/2021-01-03-portugal-tem-de-estar-preparado-para-o-que-ai-vem-porque-so-agora-comecou-a-despontar-esta-sua-direita-radical/>. [Consultado a 10/02/2021].

Schenkkan, N. (2017). *Nations in Transit 2017: The False Promise of Populism*. Freedom House. Fonte: <https://freedomhouse.org/report/nations-transit/2017/false-promise-populism>. [Consultado a 04/02/2021].

Seguro, A. J. (2019). Partidos emergentes numa democracia submergida. *JANUS 2018-19 Anuário de Relações Exteriores*, nº19, pp. 18-19.

The Economist (2021). *Global democracy has a very bad year*. Fonte: <https://www.economist.com/graphic-detail/2021/02/02/global-democracy-has-a-very-bad-year>. [Consultado a 18/02/2021].

OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Rua Almerindo Lessa
Pólo Universitário do Alto da Ajuda,
1349-055 Lisboa
Tel. (00351) 21 361 94 30
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

ROSA, Margarida «A ascensão da extrema-direita na Europa: Uma ameaça à Democracia», *Working Paper* #110, Observatório Político, publicado em 23/03/2022, URL: www.observatoriopolitico.pt

Aviso:

Os *working papers* publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respetivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.